

***LUANDA, 4 DE FEVEREIRO DE 1961:*** o olhar dos Estados Unidos<sup>1</sup>

***LUANDA, FEBRUARY 4TH, 1961:*** The United States' look

***LUANDA, 4 DE FEBRERO DE 1961:*** una mirada de los Estados Unidos

FÁBIO BAQUEIRO FIGUEIREDO\*

Doutor em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia

Professor da Universidade da Integração  
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Salvador, BA - Brasil

[fabioabaq@unilab.edu.br](mailto:fabioabaq@unilab.edu.br)

O 4 de fevereiro é comemorado em Angola como o aniversário do início da longa luta de libertação nacional, que levaria à independência em 11 de novembro de 1975, mas não à paz. Até 2002, perduraria uma guerra de consequências devastadoras — ou uma sucessão intermitente de guerras — opondo os três principais movimentos nacionalistas que haviam participado militarmente da luta anticolonial. As razões da impossibilidade de conciliar esses movimentos rivais em uma única frente durante a luta armada contra a presença portuguesa têm sido fartamente discutidas pela historiografia, que aponta uma série de fatores internos e externos. Dentre estes últimos, a força prática da Guerra Fria na moldagem e na instrumentalização das oposições e clivagens locais merece uma atenção especial. De fato, tanto na época da luta de libertação quanto depois, houve um intenso fluxo de aportes financeiros, assistenciais, militares e diplomáticos por parte de Estados Unidos, União Soviética, China e seus respectivos aliados em direção aos movimentos angolanos rivais, que fixavam-nos em diferentes circuitos de interlocução internacional e impunham diferentes retóricas e objetivos programáticos, condicionando suas possibilidades e restringindo sua margem de manobra à medida que a abertura de determinadas portas significava o fechamento irrevogável de outras.

Angola não é, entretanto, um caso único: seu desenvolvimento pode ser consistentemente inserido no conjunto mais vasto da África Austral, cujos processos de independência, incluindo-se nessa definição a derrubada de regimes de segregação racial, ocorreu num lapso de tempo mais recente e mais alargado (1961-1994), se comparado ao restante do continente (1952-1965). Embora os arranjos políticos resultantes tenham variado no tempo e no espaço, em todos os países da região houve intensa disputa entre pelo menos

---

<sup>1</sup> Artigo submetido à avaliação em fevereiro de 2015 e aprovado para publicação em junho de 2015.

\* Agradeço ao Programa A Cor da Bahia e à Fundação Clemente Mariani pelos apoios que tornaram possível a pesquisa documental.

duas organizações, cada qual alinhada a um dos dois principais campos de poder internacionais. Obviamente, a Guerra Fria não teria tido condições de impor divisões completamente artificiais sobre o tecido social em cada um desses territórios. A história da oposição entre distintas organizações envolvidas na luta de libertação no sul da África, dessa forma, tem de ser buscada na articulação entre um nível mais externo, profundamente marcado pela Guerra Fria, e uma série de alianças e oposições internas que se consolidaram a partir da realidade social e política de cada um dos países.

Especificamente em Angola, essas oposições internas se estruturaram em torno de clivagens que envolviam fatores regionais — incluindo as diferentes atividades econômicas promovidas pela política colonial em cada zona, distinções urbano-rurais, distinções entre distintos espaços urbanos e migrações para outras regiões ou grandes cidades em busca de trabalho — e fatores sociais inter-relacionados — como classe social, renda e ocupação dos membros da família, grau de familiaridade com os costumes portugueses e com o idioma do colonizador, adscrição racial, identificação étnica, itinerário de formação escolar e (bem mais raramente) universitária, e afiliação religiosa (que por sua vez condicionava as possibilidades formativas, uma vez que as diversas missões protestantes e a hierarquia católica respondiam pela quase totalidade das escolas angolanas até o início da década de 1950).

Não caberia aqui analisar detidamente a forma como esses dois níveis de distinção se articularam para dar origem, ao longo da segunda metade da década de 1950 e no início da década de 1960, às três organizações nacionalistas que dominaram a cena política angolana desde então: a União das Populações de Angola (UPA), mais tarde convertida na Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). É importante observar em todo caso que as disputas em que essas organizações estavam envolvidas não eram exclusivamente militares, mas também, e talvez principalmente, simbólicas. Cada uma delas se afirmava como a legítima representante do povo angolano, em nome de quem se propunha a independência política do território. Em vista disso, cada uma deles precisava convencer uma parcela razoavelmente grande da população angolana de sua legitimidade, e da ilegitimidade tanto da administração colonial quanto dos movimentos rivais.

Desse convencimento dependiam, por um lado, uma simpatia popular generalizada que servisse de plataforma a um eventual governo independente, e, por outro, o recrutamento de quadros civis e guerrilheiros que operariam nas fronteiras, a partir de bases

nos países vizinhos, bem como de pessoas dispostas a se arriscar no trabalho clandestino de mobilização e apoio à guerrilha dentro do território angolano. Era preciso convencer também diversas audiências fora de Angola. Havia os raros mas valiosos angolanos que cursavam o ensino superior no estrangeiro, de quem as organizações nacionalistas dependiam para constituir seu universo futuro de dirigentes e técnicos especializados. Havia a disputa pelo apoio de certos países cujos interesses estratégicos podiam se sobrepor às macroalianças globais, como os escandinavos de governo social-democrata (que jamais forneciam ajuda militar, mas eram muito generosos no financiamento de serviços de educação e saúde) ou os do norte da África (que forneciam bolsas de estudo universitário e treino militar aos movimentos anticoloniais de todo o mundo, independente de sua orientação ideológica). Mesmo dentro dos países ocidentais mais firmemente posicionados no quadro da Guerra Fria, havia a busca por garantir o apoio de movimentos sociais, do *establishment* intelectual e acadêmico, de partidos políticos e de grupos de pressão, que podiam intervir no debate público e influenciar as decisões e as preferências dos governos. Havia ainda o âmbito das organizações multinacionais, como a Organização da Unidade Africana (OUA), e as diversas comissões e agências especializadas da Organização das Nações Unidas (ONU), que agiam com relativa autonomia e podiam contrariar vez por outra as orientações diplomáticas das superpotências. Finalmente, cada organização nacionalista tinha que assegurar o empenho da superpotência aliada em manter o fluxo de recursos num nível tal que permitisse um bom desempenho no terreno, comparativamente aos seus rivais. Mas a firmeza ideológica dos movimentos de libertação não deve ser exagerada. A Guerra Fria não era uma realidade monolítica, e, principalmente após o agravamento do cisma sino-soviético, em meados da década de 1960, os movimentos de libertação podiam mudar de lado, ou ameaçar fazê-lo, caso julgassem estar sendo prejudicados na distribuição de dinheiro, armas ou apoio diplomático.

É no quadro dessa disputa simbólica que o 4 de fevereiro deve ser estudado. De fato, o MPLA foi o primeiro a assumir a paternidade do malsucedido ataque às prisões em que estavam confinados diversos angolanos acusados de atividades subversivas, presos ao longo dos dois anos anteriores pela polícia política portuguesa. Segundo sua versão, o ataque era uma resposta à conclamação à ação direta lançada pela direção do movimento, em uma roda de imprensa organizada em Londres em 6 de dezembro de 1960. Seus executores seriam integrantes de uma rede de pequenos grupos clandestinos criados com o objetivo de ludibriar a repressão desde 1956, ano em que o movimento teria sido fundado. Os sobreviventes teriam

se retirado para a região florestal dos Dembos, a nordeste de Luanda, conformando a Primeira Região Político-militar do MPLA e iniciando a guerra de guerrilha propriamente dita.

A data de 1956 tem sido bastante contestada. A primeira aparição pública do movimento ocorreu na II Conferência Afro-asiática, realizada em Tunes em janeiro de 1960. Os defensores da versão oficial apresentam um manifesto, escrito por Viriato da Cruz em 1956, que termina com um viva ao Movimento Popular de Libertação de Angola. Mas até janeiro de 1960 a atividade pública dos fundadores do MPLA era exercida em nome do Movimento Anti-Colonialista (MAC), que reunia nacionalistas de todos os territórios portugueses sob dominação colonial. Parece ter sido apenas na virada para 1960 que o manifesto foi retomado e o nome da organização definitivamente fixado, coincidindo com a dissolução do MAC e sua substituição pela Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN), que já não congregava indivíduos, mas organizações nacionalistas, incluindo o MPLA. Mesmo aí, este não era mais que uma dúzia de dirigentes vivendo no exílio e buscando, junto aos governos africanos já independentes, autorização para abrir um escritório, e dificilmente teria podido organizar o levante. De fato, no dia seguinte aos ataques às prisões o MPLA emitiu um comunicado desde Conacri, na Guiné, onde finalmente se estabelecera, limitando-se a saudar a iniciativa dos patriotas. Entretanto, o movimento não tardaria a incorporar a data à sua própria imagem: a inauguração do escritório da delegação do MPLA em Argel teve lugar em 4 de fevereiro de 1963, com pompa, circunstância e a presença do presidente argelino Ahmed Ben Bella; dois anos mais tarde, a organização batizaria de “Internato 4 de Fevereiro” sua primeira instituição formal de ensino, no Congo-Brazzaville.

A UPA/FNLA buscou, também, embora com menos ênfase, se identificar como a força por trás do 4 de fevereiro. Em defesa dessa versão, apresenta a figura do Cônego Manuel Joaquim Mendes das Neves, sistematicamente referida em depoimentos orais de participantes como o principal incentivador do levante, e considerado como tal pela polícia política portuguesa. O cônego de fato mantinha correspondência com emissários da UPA, e, depois de preso e deportado para Portugal, recebeu o título de Presidente de Honra da organização, embora dali por diante ele jamais tenha participado de qualquer instância da UPA, ou mesmo se manifestado publicamente em relação a sua filiação honorífica. Não se pode negar, em todo caso, que o MPLA era virtualmente desconhecido em Angola, com apenas um ano de vida pública e sediado na longínqua Conacri, enquanto a UPA operava na vizinha Leopoldville (atual Kinshasa), no Congo, desde 1954 (até 1956 como de União das

Populações do Norte de Angola) e tinha certa facilidade de fazer passar orientações, recursos e material de propaganda pela extensa fronteira, alcançando todo o norte do território angolano, inclusive Luanda. Isso reforçaria a versão da FNLA de que o 4 de fevereiro teria sido liderado pela UPA e feito em seu nome.

A disputa sobre a paternidade do 4 de fevereiro insere-se na disputa pela primazia do nacionalismo em Angola, no âmbito da luta por legitimidade entre os movimentos de libertação rivais. É como uma contribuição ao estudo desse momento que apresento o conjunto de documentos aqui traduzidos para o português. Trata-se de uma série de correspondências do serviço diplomático dos Estados Unidos, referentes à primeira semana após os ataques às prisões, envolvendo o Departamento de Estado, em Washington, o Consulado em Luanda, a Embaixada em Lisboa e a Embaixada em Leopoldville. Esse pequeno conjunto documental é particularmente relevante porque corresponde ao início do longo e conturbado envolvimento dos Estados Unidos com Angola, mas também porque se enquadra nos primeiros anos do interesse estadunidense pelo continente africano como um todo.

De fato, a política externa dos Estados Unidos não considerava a África como um espaço autônomo até 1958, quando a aceleração do ritmo das independências no continente e a patente incapacidade das antigas potências coloniais para controlar a atividade política e os alinhamentos internacionais dos novos países levou à criação de um Escritório de Assuntos Africanos no âmbito do Departamento de Estado. A tese geral defendida pelos responsáveis desta nova seção governamental, conhecida como “africanista”, era a de que os Estados Unidos deviam se envolver ativamente no processo de descolonização, incentivando as independências mesmo quando isso contrariasse os interesses de parceiros europeus, de modo a evitar vazios de poder que pudessem ser aproveitados pela União Soviética e que resultassem na expansão geoestratégica do bloco comunista. A corrente dominante na diplomacia estadunidense, entretanto, defendia uma posição dita “europeísta”, que implicava a prioridade absoluta da aliança com os países da Europa Ocidental, corporificada na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), avaliando ser muito arriscado contrariar os interesses coloniais de França, Inglaterra, Bélgica, Espanha e Portugal, apenas para agradar aos novos países que iam emergindo das independências.

O debate sobre o papel dos Estados Unidos no futuro da África não se restringia, entretanto, aos corredores do Departamento de Estado. Havia um genuíno interesse pela

África por parte dos movimentos antirracistas que estavam voltando à carga desde 1955, e que atingiriam uma impressionante velocidade precisamente em 1961, com amplas mobilizações estudantis confrontando as leis de segregação racial ao longo de todo o território do país. 1961 é um ano-chave desse processo de envolvimento dos Estados Unidos com a África também por outro motivo: ele começa com a posse do Presidente John F. Kennedy. Desde seu mandato como senador, Kennedy se alinhara publicamente com as posições dos “africanistas” do Departamento de Estado, e buscara se aproximar de diversos movimentos nacionalistas africanos enquanto membro do Comitê de Relações Internacionais do Senado (não por acaso, o voto negro havia sido fundamental para sua vitória nas eleições presidenciais). A insistência da França em negar à Argélia o direito a independência, após quase uma década de guerra anticolonial, e a intransigência de Portugal em sequer reconhecer que os territórios que administrava na África eram de fato colônias, e que, portanto tinham direito à autodeterminação, eram os dois principais desafios africanos que se apresentavam ao início de sua administração.

A primeira chance de Kennedy de demonstrar uma posição anticolonial veio logo em 22 de janeiro de 1961, quando um antigo capitão do exército, Henrique Galvão, sequestrou o navio transatlântico português Santa Maria, em uma operação que se atribuía como objetivo derrubar as ditaduras em Portugal e Espanha. Galvão agia em nome do Directório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL), e estava associado nesta empresa a um detrator do regime salazarista, o General Humberto Delgado, na época exilado no Brasil. Delgado tinha sido lançado candidato da oposição à Presidência da República nas eleições de 1958, e, embora derrotado, havia recebido mais votos que o candidato da situação na maior parte de Angola (onde, obviamente, apenas a minoria da população legalmente classificada como cidadãos portugueses, quase toda composta de brancos, podia votar). Dessa forma, especulou-se que o destino do navio sequestrado seria Luanda, já que ali poderia receber o apoio dos brancos angolanos à sua proposta de subversão do regime. Correspondentes internacionais dos principais jornais europeus e estadunidenses dirigiram-se para a capital angolana à espera da vinda do navio, que nunca chegou.

O Santa Maria foi logo interceptado pelo comando naval dos Estados Unidos no Atlântico Sul, perto de Curaçau. O governo português exigiu que o sequestro fosse tratado como ato de pirataria internacional, mas Kennedy não acatou a solicitação, inaugurando o estremecimento nas relações Estados Unidos-Portugal que marcaria o início de sua administração. Em vez disso, negociou o desembarque dos militantes do DRIL no Recife e a

concessão de asilo pelo governo brasileiro, o que ocorreu em 3 de fevereiro. Os jornalistas estrangeiros que estavam em Luanda, entretanto, não saíram de mãos abanando, pois os organizadores dos ataques às prisões adiantaram seus planos para aproveitar a possibilidade de repercussão internacional.

O pequeno conjunto de correspondências aqui apresentado faz parte de um vultoso fundo documental, referente ao Arquivo Central do Departamento de Estado (*Department of State / Central Files*), custodiado pelos Arquivos e Administração de Registros Nacionais dos Estados Unidos (*National Archives and Records Administration, NARA*), em sua segunda sede, em College Park, Maryland. Os documentos selecionados e traduzidos pertencem à série *Portugal — Angola — Nationalism (753N.00), box 1821, folder 1-261*. Os documentos tiveram sua confidencialidade removida pela autoridade NW0949541, por MRH, em 24 de abril de 2004. A tradução foi feita preenchendo-se, quando ocorriam, as elisões próprias da linguagem telegráfica, já que elas não são necessariamente as mesmas em inglês e português. Manter um estilo telegráfico teria significado reinventar o texto em português de forma bastante autoral, o que se justificaria numa versão literária, mas jamais numa transcrição documental.

Esta série é uma dentre muitas que conservam a história da troca de mensagens entre os consulados e embaixadas estadunidenses espalhados pelo mundo e a sede do Departamento de Estado, em Washington. Essa comunicação era feita quase sempre através de despachos diplomáticos, uma espécie de relatório circunstanciado sobre um tema específico, que eram enviados por malote, às vezes com cópia para outros postos diplomáticos, quando se considerava que eles deveriam estar cientes das informações ali contidas. O tempo de deslocamento do malote podia significar muitos dias entre a obtenção da informação pelo posto diplomático e sua ciência pelo Departamento de Estado. Em vista disso, notícias urgentes eram sempre enviadas por telegramas, os quais, assim como os despachos, podiam ser retransmitidos para outros postos diplomáticos, a critério do cônsul ou embaixador responsável. Já o Departamento de Estado dava ciência de suas solicitações e orientações aos postos diplomáticos por meio de instruções, que seguiam por malote, ou telegramas, quando havia pressa. Os despachos recebiam um número sequencial único na origem; os telegramas, em qualquer dos dois sentidos, recebiam uma numeração sequencial principal e outra para cada posto diplomático para onde fossem retransmitidos. Em Washington, para cada mensagem recebida eram produzidas diversas cópias, destinadas a

disseminar a informação entre os setores relevantes do Departamento de Estado e entre um conjunto de órgãos vinculados à formulação ou à execução da política externa estadunidense.

A rápida troca de telegramas que se seguiu ao 4 de fevereiro de 1961 demonstra a surpresa inicial dos funcionários consulares diante do levante e sua busca por respostas que pudessem guiar os formuladores das relações exteriores dos Estados Unidos em relação à política colonial portuguesa. Os documentos traduzidos fornecem um conjunto complementar de fontes, que não vêm sendo sistematicamente utilizadas e que podem ajudar a elucidar alguns pontos específicos sobre a paternidade do 4 de fevereiro, quando confrontadas com os demais *corpora* documentais disponíveis. Permitem também obter algumas indicações, ainda que superficiais, sobre o funcionamento da administração colonial portuguesa em Angola, e, principalmente, a forma como o temor de uma possível infiltração comunista assombrava a diplomacia estadunidense, e era brandida como perigo real pela administração portuguesa, com o objetivo de garantir o apoio da superpotência aliada à continuidade do seu regime colonial na África. Lendo-se os documentos produzidos pela Embaixada dos Estados Unidos em Leopoldville, pode-se ainda observar detalhes íntimos da relação especial de que a diplomacia estadunidense já então desfrutava com o líder da UPA, Holden Roberto.

Mas a leitura desses documentos também aponta para outras ordens de fenômenos e outros planos de análise. Presta-se, por exemplo, a uma interessante reflexão sobre a nomenclatura variável das categorias raciais, que muito provavelmente representa uma operação simbólica de negociação entre dois sistemas taxonômicos, vigentes respectivamente em Angola e nos Estados Unidos. Os significados, em cada uso, de “africano”, “nativo” ou “negro”, de um lado, e “europeu”, “português”, “europeu não português” ou “branco”, de outro, conotam a centralidade das relações raciais e a dificuldade experienciada pelos funcionários diplomáticos de se fazerem entender. Nesse sentido, saltam aos olhos formulações compostas que implicam significados mutuamente contraditórios para certos termos, como em “português nascido em Moçambique” e “africanos não portugueses”.

Outros temas ainda se imiscuem no assunto principal da troca de correspondências, como a presença de um representante do Instituto Africano-Americano em Leopoldville e sua oferta de bolsas de estudo universitário nos Estados Unidos a quadros da UPA. Tratava-se de uma das frentes da estratégia “africanista” no Departamento de Estado, com uma face pública, a cargo do próprio Departamento, e outra clandestina, a cargo da Agência Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency*, CIA). Em público, o governo

dos Estados Unidos oferecia bolsas de estudo a governos africanos constituídos, como apoio na formação de pessoal qualificado. Clandestinamente, eram atendidos alguns movimentos de libertação, cuidadosamente selecionados, que lutavam contra a administração colonial imposta pelos aliados ocidentais de Washington. Nesse caso, todo o programa de bolsas era gerido por grandes fundações, o que permitia camuflar a origem governamental dos recursos.

Também importante é o vislumbre que podemos ter das difíceis relações entre os partidos políticos e outras organizações enraizados no território correspondente ao antigo reino do Kongo, fundado por volta do século XIII e que não foi oficialmente extinto, embora tenha se tornado vassalo da coroa portuguesa no século XVIII. O antigo reino e seu incumbente, o *manikongo*, apesar deste não exercer nenhum poder político, permaneceram como um referencial constitutivo da identidade das populações de fala *kikongo* — as quais, com a partilha da África no final do século XIX, ficaram divididas entre a colônia portuguesa de Angola e a colônia belga do Congo. Ali, um dos principais movimentos envolvidos na luta pela independência, a quem coube a primeira presidência da república, em junho de 1960, era a Aliança dos Bakongo (*Alliance des Bakongo*, ABAKO). A União das Populações do Norte de Angola, que em breve se tornaria a UPA, nascera ao mesmo tempo que a ABAKO como expressão do descontentamento de uma parcela da população *bakongo*, de confissão protestante, que não conseguia fazer eleger seus candidatos a *manikongo*, porque os portugueses intervinham sistematicamente em favor de candidatos católicos, representados politicamente pela Associação dos Originários do Kongo (*Ngwizani a Kongo*, NGWIZAKO). A sensível ampliação da atividade política da UPA, na virada para a década de 1960, era vista com desconfiança pela ABAKO, que temia a divisão de sua base social de apoio dentro do território do Congo, e passava ao ataque. Não deixava de ser irônico, uma vez que a UPA estava, precisamente naquele momento, empenhada num notável esforço de superar o caráter étnico de sua fundação e ampliar sua base de apoio a todo o território angolano, com a incorporação de quadros dirigentes de diversas origens étnicas.

\* \* \*

Como se pode ver, há uma série de fios que podem ser puxados, em direções variadas, a partir da leitura desses documentos. Não pretendi, nesse breve estudo, fazer mais que indicar algumas das possibilidades que se apresentam. Fiz isso como um convite, a colegas que possam se aventurar pela instigante história recente da África em geral, e de

Angola em particular. Desejo aos interessados uma boa leitura, e a felicidade de encontrar indícios que possam servir de ponto de partida para novas investigações.

---

**Telegrama recebido – Departamento de Estado**

Controle: 2966  
Recebido: 5 de fevereiro,  
1961  
5:41 A.M.

DE: Luanda  
PARA: Secretário de Estado  
Nº: 72, 4 de fevereiro, 3 P.M.

ENVIADO DEPARTAMENTO 72, INFORMAÇÃO RETRANSMITIDA CONACRI 1, LISBOA 41, LOURENÇO MARQUES 7, BRAZZAVILLE 26, LEOPOLDVILLE 39, PRETORIA 2, SALISBURY 11.

Contel 71 para o Departamento.

Relatórios confiáveis indicam três ataques coordenados de nativos contra instalações policiais em Luanda entre as 2 e as 3 desta madrugada. Um grupo de 20 nativos e 4 europeus atacou a prisão de Penedo, matando ou ferindo seriamente dois guardas. Os atacantes foram repelidos e mais tarde encurralados entre a polícia e tropas do exército e alguns foram mortos ou capturados. Um segundo grupo atacou a delegacia de polícia da estrada do Catete, tem-se notícia de cinco a oito policiais mortos. Essa ação foi observada de alguma distância por George High e de mais perto por europeus não portugueses que vivem nas redondezas e viram africanos mortos. O terceiro ataque aparentemente emboscou um carro-patrolha da polícia que foi atraído para um bairro nativo. Há notícia de cinco policiais mortos. Estamos transmitindo notícia inédita na página 4 de A PROVÍNCIA na totalidade. Um relato isolado e não confirmado indica a possibilidade de algum distúrbio fora de Luanda. Tudo está calmo agora e praticamente não há sinal evidente de distúrbios.

Comentário: A possibilidade de conexão deste incidente com a captura do SANTA MARIA não pode ser desprezada. A notícia da tomada do navio pode ter desencadeado um esforço desesperado para capitalizar uma publicidade mundial e a presença de 10-15 jornalistas estrangeiros em Luanda cobrindo a chegada prevista do SANTA MARIA. Por outro lado o simples ressentimento contra o aumento da brutalidade da atividade policial (Despacho

consular 152, 28 de dezembro) pode ser motivação suficiente.

GIBSON

---

**Telegrama recebido – Departamento de Estado**

Controle: 2876  
 Recebido: 5 de fevereiro,  
 1961  
 3:43 P.M.

DE: Lisboa  
 PARA: Secretário de Estado  
 Nº: 453, 4 de fevereiro, 6 P.M.

**PRIORIDADE**

ENVIADO DEPARTAMENTO 453, INFORMAÇÃO RETRANSMITIDA CARACAS 13, RIO DE JANEIRO 38, MADRI 37, LUANDA PRIORIDADE 20[,] LOURENÇO MARQUES 12.

O Ministro do Exterior informou à Embaixada esta tarde que uma insurreição armada estourou em Luanda às 2 da madrugada de 4 de fevereiro. Disse que três bandos de negros atacaram prédios do governo e certo número foi morto de ambos os lados, incluindo policiais brancos, antes que o movimento fosse debelado. Ele afirmou categoricamente que considera esse levante parte de um plano subversivo geral Delgado-Galvão. O Subsecretário da Administração Ultramarina Adriano Soreira Moreira forneceu em seguida à Embaixada os seguintes dados até agora recebidos por Lisboa do governo de Angola: três grupos de negros e alguns mulatos, de cerca de 40-50 cada, atacaram o quartel-general central da polícia e a cadeia militar. O chefe e o subchefe da polícia foram seriamente feridos e não se acredita que sobrevivam; quatro policiais brancos foram mortos. Dos atacantes, seis foram mortos e cerca de 30, presos, o resto encontra-se em fuga. Nenhuma informação está disponível por enquanto sobre a identidade dos líderes da conspiração. O Subsecretário afirmou que o complô está relacionado com o eventual desembarque do SANTA MARIA em Angola planejado por Galvão (ele mencionou que provavelmente na Baía dos Elefantes). Disse que panfletos do DRIL (movimento de libertação ibérico) foram encontrados com os atacantes, não deixando dúvidas sobre uma conexão Galvão-Delgado. Disse que os atacantes estavam armados com pistolas mas conseguiram se apoderar de duas metralhadoras pertencentes à polícia, uma das quais foi recuperada. Acrescentou que a última informação é a de que a ordem foi

restabelecida em Luanda.

Tanto o Ministro do Exterior quanto o Subsecretário mencionaram que um jornalista americano (eles não sabiam o nome) foi pego pela polícia colocando uma arma branca nativa [(]ou “catana”) nas mãos de um negro morto e tirando fotografias. As autoridades, eles disseram, estão tentando persuadir o jornalista americano a entregar o filme voluntariamente. Se isso falhar, o filme será confiscado e o jornalista deportado.

O Ministro do Exterior disse que este levante é uma evidência adicional de um amplo complô para privar Portugal de suas províncias africanas em paralelo à derrubada dos regimes de Salazar e Franco na Península Ibérica. Em relação a isso, mencionou que a Força Aérea portuguesa na Ilha do Sal tinha a indicação de que quatro submarinos de nacionalidade desconhecida estavam operando na região de Cabo Verde.

ELBRICK

---

**Telegrama enviado – Departamento de Estado**

1961, 6 de fevereiro P.M. 7:14  
02341

ENVIADO A: Embaixada Americana, LISBOA PRIORIDADE 397  
INFORMAÇÃO RETRANSMITIDA: Consulado Americano, LOURENÇO MARQUES  
47

Consulado Americano, LUANDA 44  
[números a lápis]

A Embaixada portuguesa enviou memorando ao Departamento [de Estado] 6 de fevereiro acerca do motim em Luanda afirmando que não houve grande surpresa em vista dos anúncios de Galvão e de Delgado. Essas e outras indicações são vistas como evidência de que os distúrbios foram planejados no estrangeiro como parte de um assalto comunista às províncias ultramarinas de Portugal e à Península Ibérica. Alega que os objetivos são o enfraquecimento da posição Ocidental e a porta aberta à infiltração comunista. O governo português afirma acreditar ser imperativo trazer este assunto à atenção do governo dos EUA uma vez que a grande maioria da imprensa americana e outros meios de informação não conseguem entender que o incidente do Santa Maria e o motim em Luanda são parte de um plano comunista e que

a opinião pública dos EUA deveria ser informada. O memorando alega que, se outros governos ocidentais não compreenderem e apoiarem a “luta” portuguesa “contra a coalizão afro-asiático-comunista” as dificuldades advindas podiam ser maiores do que aquelas com as quais Portugal pode lidar.

Ao entregar o memorando o funcionário da Embaixada alegou que os fotógrafos, presumivelmente estrangeiros, apenas tiraram fotos dos corpos dos atacantes e nenhuma dos corpos dos policiais.

O Departamento declarou que estaria interessado em maiores informações a respeito da situação em Luanda, incluindo evidências de infiltração comunista.

RUSK [assinado a caneta]

---

**Telegrama recebido – Departamento de Estado**

Controle: 3677  
 Recebido: 6 de fevereiro,  
 1961  
 6:53 P.M.

DE: Luanda  
 PARA: Secretário de Estado  
 Nº: 78, 6 de fevereiro.

ENVIADO DEPARTAMENTO 78, INFORMAÇÃO RETRANSMITIDA LISBOA 47,  
 LOURENÇO MARQUES SEM NÚMERO.

LOURENÇO MARQUES POR MALOTE.

A Província e O Comércio estamparam em suas primeiras páginas o discurso do Governador-Geral emitido pelo rádio às 23:15 de ontem. Ele descreveu [o levante] como “uma aventura louca de indivíduos influenciados por agentes comunistas estrangeiros baseados no exterior sem esperança de sucesso exceto a de matar dúzias de agentes da ordem. Os agitadores claramente pretendem criar incidentes isolados dos quais esperam extrair o máximo efeito para maquinações internacionais. Eles não mencionam os defensores mortos mas publicizarão o número de agressores mortos. Ao mesmo tempo que um bando internacional capturou o Santa Maria foi passada a ordem de que precisava ser feito algo que pudesse ser explorado. Hoje Luanda cerrou fileiras nas ruas para manifestar respeito aos caídos. Agitadores, no

entanto, atirando perto do cemitério criaram um distúrbio resultando em feridos e mortos. Agradecendo aos defensores da ordem, europeus tanto quanto africanos, eu também enfatizo a tranquilidade demonstrada pela população. Acabo de visitar aldeias nativas e verifiquei em primeira mão que a vida segue normal nesses locais. Eu asseguro a todos que todos os meios serão usados para garantir a paz e a ordem. Todos os que violarem a lei e provocarem incidentes serão punidos. Apelo para que todos mantenham um espírito de fraternal humanidade.”

GIBSON

---

**Telegrama recebido – Departamento de Estado**

Controle: 4333  
 Recebido: 7 de fevereiro,  
 1961  
 4:00 P.M.

DE: Lisboa  
 PARA: Secretário de Estado  
 Nº: 467, 7 de fevereiro, 6 P.M.

ENVIADO DEPARTAMENTO 467, INFORMAÇÃO RETRANSMITIDA LUANDA 24, LOURENÇO MARQUES 16, PORTO, MADRI SEM NÚMERO.

INCIDENTES EM LUANDA.

O Subsecretário de Assuntos Ultramarinos Moreira informou à Embaixada que até agora três portugueses brancos foram presos e diversas submetralhadoras checas apreendidas. Disse que outros portugueses brancos estão sendo procurados pela polícia. A investigação sobre os líderes do complô e sua origem continua em Luanda, mas não há conclusões seguras por enquanto. Embora expressando a crença de que o levante não seja racista, ele expressou preocupação quanto ao futuro das relações entre brancos e negros, que ele sente terem sido fortemente abaladas, particularmente como resultado do incidente no funeral. O governo, acrescentou[,] está fazendo todos os esforços para acalmar a população de Angola. Permanece a crença nos círculos governamentais locais de que o incidente tem conexões com o DRIL.

ELBRICK

---

**Telegrama enviado – Departamento de Estado**

1961, 8 de fevereiro P.M. 7:01  
03562

ENVIADO A: Consulado Americano, LUANDA 45  
INFORMAÇÃO RETRANSMITIDA: Embaixada Americana, LISBOA 404  
Consulado Americano, LOURENÇO MARQUES

49

[números a lápis]

Enviem telegrama de qualquer informação disponível sobre histórico político dos líderes dos recentes ataques. Requisito seu julgamento se eles são membros de um grupo pró-Galvão agindo em consonância com a tomada do Santa Maria, liberais com apoio africano, ou de inspiração comunista.

RUSK

---

**Telegrama recebido – Departamento de Estado**

Controle: 5956  
Recebido: 11 de fevereiro,  
1961  
5:55 A.M.

DE: Luanda  
PARA: Secretário de Estado  
Nº: 90, 11 de fevereiro, meio-dia.

ENVIADO DEPARTAMENTO 90, INFORMAÇÃO RETRANSMITIDA LISBOA 58,  
LOURENÇO MARQUES SEM NÚMERO.

Resposta ao Telegrama do Departamento 45.

Não há informação disponível sobre a identidade dos líderes. Os três europeus presos são portugueses[,] dois nascidos em Portugal o outro em Moçambique[,] um tem ficha criminal local e os outros são trabalhadores. Há dois africanos presos que não são portugueses, provavelmente do antigo Congo belga. O governo admite a possibilidade de que os distúrbios foram organizados aqui por comunistas angolanos. Alguns africanos foram recrutados uma hora antes do ataque. Pelos últimos números há sete defensores e 14 atacantes mortos no sábado, 12 atacantes mortos no domingo[,] no total 53 feridos e 100 presos.

Possivelmente o movimento não está ligado ao SANTA MARIA mas foi programado para coincidir por causa da publicidade. Os líderes podem ser nacionalistas africanos com liderança ou apoio comunista. A Embaixada em Lisboa pode obter a informação definitiva antes de Luanda já que as autoridades aqui devem se reportar a Lisboa e obter permissão antes de divulgar informações.

Relatos dos missionários indicam que o descontentamento entre os africanos é generalizado e que o ódio aos portugueses é intenso. Embora estes estejam firmemente no controle da situação estão seriamente preocupados com as implicações dos distúrbios.

GIBSON

---

**Telegrama recebido – Departamento de Estado**

Controle: 7145  
 Recebido: 11 de fevereiro,  
 1961  
 10:34 A.M.

DE: Leopoldville  
 PARA: Secretário de Estado  
 Nº: 1722, 11 de fevereiro, 2 P.M.

ENVIADO DEPARTAMENTO 1722, INFORMAÇÃO RETRANSMITIDA LUANDA 24, LISBOA 12.

Despacho da Embaixada 286.

Robert Holden, chefe da [organização] nacionalista Union des Populations de l'Angola [em francês no original] atribui os incidentes de Luanda a uma minoria de militantes liderados por comunistas portugueses e pela organização rival FRAIN. Admite que alguns membros da UPA estão envolvidos mas diz que ele recusou especificamente um pedido feito várias semanas antes de conceder o apoio da UPA à tentativa de libertar presos políticos. Holden está desencorajado pelo fato de que o recurso à violência e as represálias resultantes significam mais um golpe nas minguantes esperanças de negociar o futuro de Angola com os portugueses. A UPA está enviando um homem a Angola ao longo da próxima semana para trazer um relatório em primeira mão. Segue o despacho.

MCILVANE

---

**Despacho do Serviço Diplomático – Departamento de Estado**

Número: 308  
Data: 15 de fevereiro,  
1961

DE: Embaixada Americana em Leopoldville  
PARA: O Departamento de Estado. Washington.  
REF: Despacho da Embaixada 286, 2 de fevereiro, 1961, e Telegrama da Embaixada 1722.

ASSUNTO: Conversa com o líder nacionalista angolano Holden ROBERTO.

Em 9 de fevereiro, o funcionário que relata entreteve Holden ROBERTO (aliás Roberto HOLDEN e José GILMORE) ao jantar, para apresentá-lo ao representante em Leopoldville do Instituto Africano-Americano, Sr. Donald EDWARDS, que queria discutir possíveis programas de bolsas de estudos para exilados angolanos. Durante o jantar, o funcionário teve ocasião de levantar diversas questões em particular com Roberto, e um memorando de conversação cobrindo essa informação está incluído como Anexo 1. Os pontos principais dos comentários de Roberto sobre os incidentes recentes em Luanda foram previamente relatados no telegrama em referência.

De acordo com o líder da UPA, Roberto é na verdade seu sobrenome, embora os congolezes em Leopoldville o chamem de “Monsieur Holden” mais do que qualquer outra coisa. Ele confirmou que nasceu em Angola, mas disse que ele e sua família mudaram-se para Leopoldville quando ele era muito novo e que ele frequentou a maior parte da escola no Congo. Durante sua infância, sua família voltou diversas vezes a Angola por períodos de até um ano, mas no total ele passou mais tempo no Congo que em seu país natal. Ele disse que visitou Angola pela última vez em 1956, e naquela ocasião teve de sair às pressas quando foi avisado de que sua prisão era iminente.

Em relação às observações de Roberto sobre a oposição da ABAKO às atividades da UPA, é interessante notar que Kongo Dieto, o jornal oficial da ABAKO, devota toda uma página em kikongo de sua edição de 28 de janeiro de 1961 à NGWIZAKO e suas atividades. De acordo com Roberto, que traduziu diversos trechos para este funcionário, o jornal acusa “Mr. H e Mr. L” (i.e., Holden e Lumumba) de terem tentado vender o Congo aos comunistas e exalta as virtudes da NGWIZAKO e do Reino do Kongo.

Em resultado do jantar, o Sr. Edwards disse que ele e Roberto haviam tido um outro encontro no escritório de Leopoldville do Instituto Africano-Americano, e tinham revisado os prospectos de oferecer bolsas de estudos a exilados angolanos qualificados (discutido no despacho em referência). Embora o Sr. Edwards não tenha mencionado nomes, indicou que ele e Roberto concordaram que o mais provável candidato a receber uma bolsa de estudos é um estudante angolano de medicina (ou do curso preparatório para medicina) que está atualmente na Europa e tem trabalhado estreitamente com Roberto em atividades da UPA.

Pelo Embaixador:

Norman E. Warner  
Segundo Secretário da Embaixada

Anexo: memorando de conversação

Cópia: Luanda

Departamento por favor repasse a: Embaixada Americana LISBOA  
Embaixada Americana CONACRI  
Embaixada Americana TUNES  
Missão dos EUA à ONU NOVA YORK  
Consulado Americano LOURENÇO MARQUES

---

### Memorando de Conversação

Data: 9 de fevereiro, 1961  
Local: Leopoldville  
Participantes: Holden ROBERTO, Union des Populations de l'Angola (UPA)  
Andrew L. Steigman, Embaixada Americana, Leopoldville

No curso do jantar na casa do funcionário que relata, Holden ROBERTO afirmou estar muito perturbado em relação aos recentes incidentes em Luanda. Por algum tempo, ele disse, ele vinha tentando conter os apoiadores da UPA dentro de Angola que vinham pressionando a favor do início de uma campanha ativa de terrorismo contra as autoridades portuguesas. Agora que atividades dessa natureza efetivamente foram encampadas, ainda que não sob os auspícios da UPA, ele teme que será muito mais difícil pregar a moderação a seus seguidores sem fazer com que a organização como um todo se torne suspeita a seus olhos. Ele também acredita que os levantes levarão a medidas repressivas por parte dos portugueses e vão desbotar ainda mais as desvanecentes esperanças de eventuais negociações sobre a

independência de Angola.

Roberto afirmou ter sido procurado várias semanas antes dos primeiros ataques para que a UPA apoiasse a tentativa de libertar presos políticos. Quando ele recusou comprometer a UPA com tal programa, o homem que o procurara denunciou-o como uma marionete portuguesa e foi embora. Ele admite que muitos dos envolvidos nos ataques às prisões eram membros da UPA, mas acredita que o principal ímpeto veio de comunistas portugueses em Angola trabalhando através da FRAIN (grupo nacionalista angolano rival apoiado pelos comunistas). A UPA planeja enviar um homem a Luanda esta semana, entretanto, para obter informação em primeira mão sobre os levantes recentes. (O agente deles será alguém com experiência na passagem da fronteira e veterano de muitas viagens de contrabando de propaganda para Angola a partir do Baixo-Congo).

Quando indagado se Delgado e o grupo responsável pela captura do Santa Maria tinha tomado qualquer parte nos incidentes de Luanda, Roberto disse duvidar muito de qualquer envolvimento direto de sua parte. Galvão, ele afirmou, nunca pretendeu ir para Angola, onde um batalhão de infantaria estaria esperando por ele na praia. Não obstante, Galvão continua a ter significativo apoio em Angola, onde é visto como a mais honesta das autoridades portuguesas a ter trabalhado por lá nos últimos anos. Delgado procurou a UPA, Roberto apontou, em busca de novos aliados, mas a UPA replicou que só tomaria uma posição sobre o pedido de Delgado depois que Delgado definisse sua posição em relação ao futuro de Angola. (Essa declaração da UPA também foi publicada no jornal da UPA.)

Voltando-se para a organização da própria UPA, Roberto afirmou que ainda está dizendo a seus seguidores que eles devem se preparar para uma longa luta pela independência de Angola e que eles não devem se engajar em atos de terrorismo irrefletidos ou isolados. Dentro do Congo, entretanto, ele está tendo uma crescente quantidade de problemas com a ABAKO, que mais uma vez forçou o fechamento do escritório da UPA em Matadi, e com a contrainteligência portuguesa. Aquela, que se opõe às aspirações da UPA pela independência de Angola por serem um obstáculo ao seu próprio desejo de controlar a porção angolana do antigo Reino do Congo, acusou o próprio Roberto de favorecer Lumumba e os comunistas, ao passo que a UPA foi desfavoravelmente comparada com a NGWIZAKO, o movimento monárquico apoiado pelos portugueses que prega a restauração do antigo reino. Ao mesmo tempo, a contrainteligência portuguesa ampliou sua vigilância sobre a UPA, e Roberto relata

que três novos agentes foram alocados na Embaixada portuguesa em Leopoldville com a missão específica de acompanhar as atividades da UPA e buscar dificultá-las de todas as formas possíveis.

Roberto também comentou sobre sua recente visita a Tunes (cerca de três semanas atrás), que ele disse ter ocorrido subitamente quando os primeiros estudantes angolanos enviados a Tunes por meio de bolsas de estudos disponibilizadas pelo governo tunisiano recusaram-se a assistir às aulas. Uma vez que ele não queria afastar o governo tunisiano, ele mesmo voou para Tunes para endireitar a situação. Ele verificou que a Embaixada belga em Tunes havia procurado os angolanos e um certo número de congoleses que chegaram ao mesmo tempo e descreveram as vantagens de estudar na Bélgica em vez de na Tunísia. Como resultado, os estudantes ficaram insatisfeitos e se mobilizaram para serem transferidos para a Bélgica. Graças a sua visita, Roberto disse, os estudantes agora estão contentes com o que lhes cabe e estão assistindo às aulas como planejado. Acrescentou que falou com o Presidente BOURGUIBA durante sua breve estada em Tunes, mas não elaborou sobre a conversa.